



Educação

ISSN: 0101-9031

ISSN: 1984-6444

revistaeducacaoufsm@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria

Brasil

Kierniew, Janniny Gautério; Moschen, Simone Zanon
Bartleby e a contingência: o saber-fazer-com o impossível
Educação, núm. 44, 2019, , pp. 1-19
Universidade Federal de Santa Maria
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117158942092>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

Bartleby e a contingência: o saber-fazer-com o impossível

Bartleby and the contingency: knowing-doing- with the impossible

Janniny Gautério Kierniew

Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

janninyk@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-6298-9454>

Simone Zanon Moschen

Professora doutora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

simoschen@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-3776-8737>

Recebido em 08 de janeiro de 2018

Aprovado em 15 de fevereiro de 2018

Publicado em 20 de novembro de 2019

RESUMO

Este ensaio propõe uma reflexão que parte da narrativa literária *Bartleby, o escrevente: uma história de Wall Street*, escrita em 1853 por Herman Melville. O objetivo é operar com as noções de contingência e de saber-fazer-com o impossível, no campo da educação. Apoiado no pressuposto freudiano de que educar é uma das profissões que opera com o impossível e em diálogo com a leitura de Giorgio Agamben, que localiza no clássico de Melville a manifestação da contingência absoluta, este texto propõe que Bartleby, ao sustentar um lugar de resistência, em que a impossibilidade é compreendida como pura potência, promove um corte e instala um espaço para que alguma coisa que não estava dada *a priori* possa aparecer. Dessa forma, pensa-se que o personagem oferece pistas para inventar modos de um saber-fazer-com o impossível que pode interessar à educação. É por meio da narrativa literária de Herman Melville, articulada em torno do “preferiria não”, que se evidenciam coordenadas de uma constelação ética para um saber-fazer-com o impossível no campo da educação.

Palavras-chave: Educação; Impossível; Contingência.

ABSTRACT

This essay proposes a reflection based on the literary narrative *Bartleby, the Scrivener: A Story of Wall Street*, written in 1853 by Herman Melville. The aim is to operate with the notions of contingency and knowing- doing-with the impossible within the education field. It is based on the Freudian assumption that educating is one of the professions that operates with the impossible, and establishes a dialog with the reading of Giorgio Agamben, who locates in Melville's classic the expression of the absolute contingency. This text proposes that Bartleby, when supporting a place of resistance where the

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

impossibility is understood as pure potency, promotes a cut and establishes a space, so that something that was not given a priori may emerge. Thus, it is thought that the character provides clues to invent ways of a knowing-doing- with the impossible that may interest to education. By means of Herman Melville's literary narrative, articulated around "I would rather not", it evidences coordinates of an ethical constellation for a knowing-doing- with the impossible within the education field.

Keywords: Education; Impossible; Contingency.

Bartleby, um escrevente que não escreve

I would prefer not to. "Preferiria não". É a frase que repete o escrevente Bartleby, personagem criado pelo escritor Herman Melville no conto *Bartleby, o escrevente: uma história de Wall Street*. Depois de três dias, ao ser contratado como copista em um escritório de Wall Street, em Nova Iorque, o "estático jovem" de "aspecto tão singularmente sereno" (MELVILLE, 2015, p. 66) responde às solicitações e exigências sempre do mesmo modo: preferiria não. O livro é narrado por um advogado de meia idade que contrata Bartleby para contrapor os ímpetos e oscilações de humor de seus outros três funcionários, Turkey, Nippers e Ginger Nut. A história se desenrola pouco a pouco, e lentamente vamos acompanhando o personagem que levará às últimas consequências a recusa de assumir o comportamento que corresponderia à resposta "necessária" à demanda do outro; recusa que no seu limite o levará à morte. Essa forma intrigante faz do texto, escrito em 1853, uma literatura que ultrapassa as décadas e desafia as mais variadas interpretações, de modo a retornar, voltar à cena e resistir aos tempos.

Bartleby é uma imagem que desmonta Wall Street. Tudo que sabemos sobre o escrevente resulta das descrições e apreciações do patrão: de rosto "sobriamente composto, olhos cinza e obscuramente calmos"; jeito calado, apagado e mecânico; de trajes "levemente arrumado, lamentavelmente respeitável, extremamente desamparado", com modos "cadavericamente cavalheirescos", de uma "espantosa brandura"; exercendo certa "resistência passiva" e incompreensível (MELVILLE, 2015, p. 68-77). O personagem é alguém muito diferente do que costumamos imaginar para um funcionário em Wall Street. Bartleby – que jamais foi visto lendo; que por longos períodos permanece em pé, olhando pela pálida janela atrás de um biombo; que

educação

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

nunca bebe cerveja, nem chá, nem café como os outros; – Bartleby é *uma espécie de alegoria da recusa*. Um sujeito marginal, refém de um sistema controverso, que compõe seu rastro através de uma presença obstinada e invisível. “O mais importante era isso – *ele estava sempre ali*” (MELVILLE, 2015, p. 76).

Maria Lúcia Marcos, pesquisadora portuguesa, escreve em um pequeno ensaio intitulado “O valor da interrupção”, em que destaca que as palavras proferidas pelo escrevente denunciam a lógica da comunicação e também a “lógica das relações laborais entre patrão e empregado”, de forma que Bartleby “interrompe as palavras de ordem em um mundo regulado por regras de eficácia, de produtividade e de lucro” (MARCOS, 2013, n. p.). Para Maria Lúcia, o conto é um “exercício de linguagem onde o silêncio, a palavra e a escrita constituem as principais figuras”, em que o curto-circuito semântico produzido através do “preferiria não” introduz “a força da contingencia, fazendo hesitar a necessidade como valor primeiro” (MARCOS, 2013, n. p.). Quer dizer, em face da urgência de um “é preciso”, o personagem responde com uma suspensão, uma interrupção, um “preferiria não” que coloca um ponto de interrogação. Ao suspender a ação, com o seu “preferiria não”, Bartleby suspende um tempo, uma urgência do fazer; coloca um desvio que concentra uma substância ética e política, pois ao apontar para a condição de preferir não, ele desvia a direção certa de uma ação e interrompe a consequência inevitável. Dito de outro modo, Bartleby susta a ação provável e articula um corte que desestabiliza a consequência esperada. É como se ele instalasse um espaço para que certo elemento que não estava dado *a priori* possa aparecer como outra coisa ainda não cifrada. Justamente nesse ponto é que o personagem recupera a premissa ética de poder fazer uma escolha. É nesse sentido que trazemos o texto de Melville para pensar o *saber-fazer-com* o impossível como exercício operado pela educação, uma vez que Bartleby, ao materializar uma crise, evidencia uma ruptura que aponta para um paradoxo: ao limitar, permite pensar um não limite. O “preferiria não” quebra com um movimento incessante e desestabiliza uma lógica continua. Bartleby aparece não como uma formulação em *logos*, mas como colocação em ato. Nossa proposição é a de que, ao interromper a necessidade da ação, o personagem coloca em suspensão uma necessidade lógica e abre espaço para o contingente como articulador da transmissão a partir do

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

impossível. Dito isso, perguntamos: que impossível é esse que faz questão? O que Bartleby pode nos ensinar sobre um *saber-fazer-com* o impossível no campo da educação?

Saber-fazer-com o impossível na educação

Pensar a educação foi um dos primeiros exercícios de Freud ao supor um projeto de extensão da psicanálise a outros campos do conhecimento. Contudo, ao longo de sua obra, nenhum texto aborda o assunto diretamente, o que, de algum modo, inquieta e nos confere o legado de, como herdeiros, continuar tecendo com o tema.

No “Prólogo a *Juventude abandonada*, de August Aichhorn”, texto de 1925, Freud constata que “de todas as aplicações da psicanálise, nenhuma gerou tanto interesse, despertou tantas esperanças, e em consequência, atraiu tantos colaboradores capazes como o seu emprego na teoria e na prática da educação de crianças” (FREUD, [1925] 2011, p. 347). Desejando explicar sua contribuição para o campo até aquele momento, Freud segue:

Minha contribuição pessoal nessa aplicação da psicanálise foi bastante pequena. Bem no início adotei o gracejo segundo o qual as três profissões impossíveis são educar, curar e governar, e já era suficientemente tomado pela segunda dessas tarefas. Mas nem por isso desconheço o alto valor social que o trabalho dos meus colegas pedagogos pode reivindicar. (FREUD, [1925] 2011, p. 347-348)

Essa passagem está situada logo no início do texto e indica a existência de três profissões articuladas a partir do impossível: educar, curar e governar. Em 1937, em “Análise terminável e interminável”, Freud retoma essa afirmação, acrescentando aspas à palavra “impossível” e considerando que tal atributo a essas profissões deriva do fato de que elas não são capazes de, a partir da mobilização de meios, calcular com precisão o resultado que irão atingir:

Quase parece como se a análise fosse a terceira daquelas profissões “impossíveis” quanto às quais de antemão se pode estar seguro de chegar a resultados insatisfatórios. As outras duas, conhecidas há muito mais tempo, são a educação e o governo. (FREUD, [1937] 1996, p. 265)

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

Essas afirmações reverberaram ao longo dos anos e se prestaram facilmente aos mais diferentes entendimentos e confusões. Não raro, no campo da educação, a citação de Freud na qual localiza a impossibilidade próxima da expressão “resultado insatisfatório” é tomada na dimensão da impotência, validando certo discurso recorrente de que as dificuldades de educar, as mazelas da escola pública, o desinteresse do Estado e outras tantas questões não têm solução, estão sempre destinadas a falhar. Voltolini (2011) comprehende a afirmação freudiana sobre a impossibilidade de educar, a partir da lógica filosófica, alertando que a “impossibilidade em questão não alude a um plano prático de execução de uma determinada proposta educativa” (VOLTOLINI, 2011, p. 25), pois não há como superpor dois níveis, uma vez que o “impossível não quer dizer ‘inexequível’, apontando antes, para um inalcançável estrutural” (VOLTOLINI, 2011, p. 25).

Assim, no terreno dos ofícios impossíveis, está dado logo de saída algo de uma inadequação, de um ideal que nunca será atingido de todo. Por exemplo, não é possível esperar que um analisando se cure do seu inconsciente; nem que seja viável governar uma cidade sem conflitos ou desacordos entre seus cidadãos; não é provável que um aluno atinja a expectativa de tudo aprender pondo-se em pleno acordo com o ideal pedagógico dos adultos. O impossível em questão diz dessa falta de garantias, do campo de incerteza que se abre quando se está diante do outro; diz do fracasso a que está condenada toda a empresa que, num fazer desdoblado no campo da linguagem, quisesse tudo poder controlar, prever ou assegurar; diz da imprevisibilidade inscrita pelo inconsciente. Portanto, trata-se de um impossível que está longe de ser entendido como incapacidade ou impotência.

Fazer essas afirmações, em matéria de educação, é refutar um lugar de mestria de que por vezes a posição pedagógica pode se ver imbuída, procurando agenciar uma aprendizagem controlada, planejada e organizada que obtenha o máximo de eficácia ou atinja uma perfeição ideal. Ao contrário, colocar o inconsciente como fundamento na educação é privilegiar um espaço para o erro, o tropeço, os chistes, as falhas, enfim, para localizar, paradoxalmente, a potência criadora inscrita no ato de fracassar. Voltolini (2011) vai dizer que o impossível na educação encontra sua face positiva justamente quando fracassa: “A educação mais bem-sucedida é a que

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

fracassa, permitindo que a nova geração introduza o novo” (VOLTOLINI, 2011, p. 56). Mais uma vez, o fracasso situado aqui não está ao lado da derrota ou da incapacidade, mas atrelado à possibilidade de deslocar certa posição, de abrir um espaço na condição necessária, dando lugar àquilo que é contingente. Pensar o fracasso a partir dessa dobra de potência adquire estatuto de resistência a um discurso hegemonic que se desdobra nos tempos atuais em situações como o uso frequente do termo “fracasso escolar” nos ambientes educacionais ou quando assistimos às políticas de educação serem desmanteladas por ações governamentais que só reforçam a impotência e a falta de perspectivas para uma educação inclusiva na valorização das diferenças. São nesses tempos que o fracasso precisa, então, tornar-se motor, possibilidade de seguir arriscando mesmo quando sabemos de antemão que não teremos sucesso – pois nunca sabemos.

Diante do desafio de pensar um fazer-com o impossível na educação, Bartleby parece ser um personagem inspirador, uma vez que, ao repetir a frase “preferiria não”, ele rompe com um discurso determinado, certo e causal, para abrir margem ao inesperado, oferecendo uma passagem para outra coisa aparecer. Na história proposta por Melville, toda vez que Bartleby responde ao seu patrão, o advogado narrador da história, ele deixa um hiato, de maneira que o patrão não sabe o que fazer, não sabe o que esperar. O advogado se vê ante o vazio de não ter a resposta óvia. É instigado pela surpresa da resposta do funcionário que ele se põe a pensar que é preciso agir de uma outra maneira, inventar métodos para lidar com aquela estranha figura que só repete “preferiria não”.

No seminário intitulado *O sinthoma*, Jacques Lacan apresenta um modelo de inconsciente pensado como conjunto de letras no qual estamos engajados pela via do sinthoma. Ele busca no escritor irlandês James Joyce pistas para tentar enunciar os movimentos de criação que podem ser ensejados pela falta. É nessa perspectiva que ele apresentará a noção de *savoir-faire*, saber-fazer. Lacan busca na arte, na literatura, vestígios que o auxiliem a enunciar a posição ética da psicanálise diante daquilo em que estamos implicados sem, contudo, podermos controlar – os caminhos para os quais o inconsciente nos dirige. Para o autor, podemos encontrar na arte (na literatura) formas de enunciar, modos de narrar que nos indiquem modos de saber-

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

fazer-com o impossível que a linguagem inscreve no campo do humano. Por isso, ele vai dizer que alguém é responsável “na medida do seu *savoir-faire*” (LACAN, [1975/1976] 2007, p. 59). Mas o “que é o *savoir-faire*? É a arte, o artifício, o que dá à arte da qual se é capaz um valor notável [...]” (LACAN, [1975/1976] 2007, p. 59).

Savoir-faire. Saber-fazer. Quando Lacan elabora essa noção, ele não está aludindo à capacidade aprendida de fazer alguma coisa; antes, ele está chamando atenção para algo que encontramos como artifício na arte, enquanto responsabilidade e implicação. A responsabilidade à qual Lacan convoca é a responsabilidade de dar uma resposta que seja singular e que não esteja alienada à demanda do Outro, recolhendo os efeitos que essa resposta, ainda que não seja premeditada, produz no laço com o outro. Ou seja, Lacan está trabalhando em torno da articulação de um pensamento sobre a dimensão ética implicada em todo fazer com o impossível, uma vez que nesse terreno, mesmo que se trate de agir quando não se pode controlar os fins que serão atingidos a partir da mobilização dos meios, o sujeito que age precisará dar guarida aos efeitos de sua ação.

Deleuze, Agamben, Bartleby e a contingência

“Imaginem minha surpresa, ou melhor, minha consternação, quando, sem sair de seu isolamento, Bartleby, numa voz singularmente calma, firme, respondeu: preferiria não” (MELVILLE, 2015, p. 68). “I would prefer not to” não é uma afirmação nem uma negação. É um preferir não fazer. É a partir dessa sentença que Gilles Deleuze irá pensar a fórmula em torno de Bartleby. No ensaio sobre o personagem, publicado primeiro em 1989 no posfácio da edição francesa do conto, e depois no livro *Crítica e clínica*, Deleuze explora o que essas palavras permitem ressoar, apostando na literalidade da fórmula. “Preferiria não” é, para ele, uma fórmula agramatical responsável por suspender as referências, abrindo uma zona de indiscernibilidade entre sim e não, entre preferível e não preferível, entre aceitar e recusar. É uma fórmula devastadora e que não deixa nada subsistir atrás dela. Deleuze lembra que, a cada pronunciamento, Bartleby provoca uma espécie de estupor à sua volta, como

educação

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

se houvesse dito o indizível ou o irrebatível, esgotando de modo inexorável a linguagem. Ele comenta:

O efeito da fórmula-bloco é não só recusar aquilo que Bartleby prefere não fazer, mas também tornar impossível aquilo que fazia, aquilo que era suposto ainda preferir fazer. [...] A fórmula é devastadora porque elimina o preferível tão impiedosamente como qualquer não-preferido. (DELEUZE, 1997, p. 82)

Na perspectiva deleuziana, “a fórmula desarticula todo o ato de fala, ao mesmo tempo que faz de Bartleby um puro excluído, ao qual já nenhuma situação social pode ser atribuída” (DELEUZE, 1997, p. 85). Uma fórmula que recusa sucessivamente qualquer outro ato e coloca uma impossibilidade, que “cava na língua uma espécie de língua estrangeira” (DELEUZE, 1997, p. 83). “I would prefer not to”, comenta Deleuze, é uma fórmula gramaticalmente e sintaticamente correta, mas seu término abrupto, “not to”, faz uma espécie de função limite que possui uma radicalidade, quando, no comum, se diria “I had rather not”. É uma fórmula correta na aparência que tem por resultado confrontar toda a linguagem com o silêncio. Não por acaso, a saída de Bartleby é retirar-se para trás de seu biombo cada vez que repete “preferiria não”. Seu silêncio é o que potencializa o gesto, é um silêncio que está prenhe de devir. Ao introduzir uma variação infinita no regime do enunciado, a fórmula introduz um espaçamento, uma suspensão do juízo, uma suspensão da posição. Bartleby estilhaça um sistema de referências da linguagem.

Ao comparar o escrivão Bartleby com o guardador de livros Bernardo Soares, Maria Augusta Babo, no texto “A lógica da in-diferença: Bartleby/Bernardo Soares”, vai dizer que a fórmula de Bartleby opta pela metanegação. Uma negação que é abismo na medida em que opera numa lógica de virtualização do sim e do não. Nem obediência, nem desobediência, visto que é uma fórmula que deixa em aberto uma sentença que depende de um complemento: “preferiria não fazer, mas faço” ou “preferiria não fazer e por isso não faço”. Esse estatuto do regime de indeterminação produz uma preferência não resolvida, uma in-decisão ou, como refere Deleuze, uma indiscernibilidade: “A fórmula *I would prefer not to* exclui qualquer alternativa e engole o que pretende conservar assim como descarta qualquer outra coisa” (DELEUZE, 1997, p. 85). Com isso, Bartleby inventa uma lógica da preferência que é suficiente para minar os pressupostos da linguagem e promover um deslocamento enunciativo.

educação

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

“Talvez Bartleby seja o louco, o demente, o psicótico [...]. Mas como sabê-lo, se não levam em conta as anomalias do advogado, que se comporta o tempo todo de modo muito esquisito?” (DELEUZE, 1997, p. 87). Deleuze assume uma postura interpretativa do conto de Melville para falar sobre a função psicótica na desarticulação de todo ato de fala e introduzir a ideia de rompimento da comunidade com a relação patriarcal. O autor se vale dessa análise para pensar a cultura, questionando o patriarcado e as condições da constituição social. Ele se atém nessa ideia para falar daqueles sujeitos que desmontam um determinado sistema, suas loucuras dando pistas de uma determinada estrutura do pensamento. Ao analisar outros personagens de Melville, Deleuze diz que o romance americano e mesmo o romance russo dão nascimento “a esses personagens que estão suspensos no nada, que só sobreviveram no vazio, que conservam seu mistério até o fim e desafiam a lógica e a psicologia” (DELEUZE, 1997, p. 94); são “figuras de vida e de saber, eles sabem algo de inexpressível, vivem alguma coisa de insondável (DELEUZE, 1997, p. 96). É nesse sentido que devemos compreender quando Deleuze fala de certa vocação esquizofrênica: “mesmo catatônico e anoréxico, Bartleby não é o doente, mas o médico de uma América doente, o *Medicine-man*, o novo Cristo ou o irmão de todos nós” (DELEUZE, 1997, p. 103).

Quando o filosofo italiano Giorgio Agamben trabalha o conto de Melville, em diferentes momentos de sua obra, ele traz o personagem para falar da noção de “potência” e situa o escrivão em duas constelações: uma literária e outra filosófica. Agamben escreve que na constelação literária, como um curto cinturão de asteroides, temos a estrela polar Akáki Akákievitch (personagem de Nicolai Gógol, em *O capote*); os dois astros gêmeos, Bouvard e Pécuchet (personagens do romance homônimo de Flaubert); as luzes brancas brilhantes de Simon Tanner (em *Os irmãos Tanner*, de Robert Walser), o Príncipe Míchkin (de *O idiota*, de Dostoievski); e os tribunais kafkianos. Personagens que, ao lado de Bartleby, concentram a suspenção de um gesto, um gosto pelo anonimato, pela opacidade, pela inação. O outro conjunto de estrelas é composto pela filosofia de Aristóteles, Avicena, Deleuze, Leibniz, Nietzsche e Benjamin, que para Agamben, possivelmente, possuem “a cifra da figura que a outra constelação se limita a traçar” (AGAMBEN, 2015, p. 11). Esse mapa estelar é

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

apresentado logo nas primeiras páginas do texto “Bartleby, ou da contingência” e constrói uma imagem bastante interessante, na medida em que provoca o leitor a explorar um enigma; uma carta celeste que guia o pensamento e compõe um horizonte possível de trabalho.

Giorgio Agamben toma, sob as humildes vestes do escrivão, uma figura fundamental na tradição filosófica. Ao usar Aristóteles como referência para compor uma trajetória entre pensamento e escrita, Agamben menciona a obra enciclopédica *Suda*, em que o filósofo grego aparece como sendo o *escriba da natureza que molha a pena no pensamento*. Ao falar de *As etimologias*, de Isidoro de Sevilha, conhecida como a primeira enciclopédia escrita na cultura ocidental, diz que nesse livro Aristóteles é descrito, a partir de uma versão de Cassiodoro, como sendo o interprete que molha sua pena na mente. Em ambos os casos, comenta Agamben, o decisivo é que o pensamento ou a mente são comparados a um tinteiro em que o filósofo molha sua própria pena. Essa noção do pensamento como tinteiro, comparado a um ato de escrita, enraíza-se na perspectiva filosófica ocidental, de modo que Agamben pergunta: de onde vem essa relação do pensamento como ato de escrita?

Em *De anima*, Aristóteles compara o *nous* (mente ou pensamento) “a uma tabuleta para escrever sobre a qual nada está escrito” (AGAMBEN, 2015, p. 12). Na Grécia antiga, a escritura era feita tanto em folha de papiro como em uma tabuleta, em que se escrevia gravando com um estilete, em cima de uma fina camada de cera. Muito provavelmente, ao indagar a natureza do pensamento em potência e sua passagem ao ato¹, Aristóteles recorre à mesma tabuleta sobre a qual se detinha no momento, anotando seus pensamentos. Essa imagem do pensamento como tabuleta de escrever foi bastante importante no decorrer da tradição filosófica ocidental e inaugurou termos como *tabula rasa* e *folha em branco*, que, ao fazerem metáfora da tabuleta de escrever, representaram a forma de existir a partir de um nada. O que Aristóteles tentou salientar contornar com tal imagem é a questão da pura potência do pensamento e de sua passagem ao ato. Porém, a dificuldade da imagem da tabuleta se encontra no fato de que o pensamento não tem uma forma determinada, e Aristóteles toma o cuidado de especificar que o *nous* “não tem outra natureza que a de ser em potência e, antes de pensar, não é em ato absolutamente nada”

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

(ARISTÓTELES apud AGAMBEN, 2015, p. 14). Assim, o *nous* “é, então, não uma coisa, mas um ser de pura potência e a imagem da tabuinha de escrever, sobre a qual nada está escrito, serve precisamente para representar o modo de ser de uma pura potência” (AGAMBEN, 2015, p. 14).

Essa ideia introduz a reflexão de que, para Aristóteles, o pensamento, enquanto pura potência, contém em si toda potência de ser ou de fazer algo, na medida em que também abriga toda *potência de não ser* ou *não fazer*. Ou seja, toda potência inclui também a *potência de não*. No livro *Theta da Metafísica*, o filósofo discorre, então, que potência não pode ser confundida com o ato e que não há necessidade ou garantia de a primeira converter-se no segundo. A *potência de não* é o pilar da doutrina aristotélica que faz de toda potência, por si mesma, impotência² – como no exemplo do arquiteto que mantém sua potência de construir mesmo quando não constrói; ou quando um guitarrista ainda é um guitarrista mesmo que não toque sua guitarra. É nesse ponto também que encontramos a figura de Bartleby, que, ao não escrever, mantém em potência sua capacidade de escrita. “Assim o pensamento existe como uma potência de pensar e de não pensar, como uma tabuleta encerada sobre a qual nada ainda está escrito” (AGAMBEN, 2015, p. 14).

Na concepção criacionista, também temos o pensamento como ato de escrita. Agamben vai nos mostrar que o ponto de vista da criação divina também é um ato de escritura, no qual as “as letras representam, por assim dizer, o veículo material por meio do qual o verbo criador de Deus – assimilado a um escriba que move sua pena – incorpora-se às coisas criadas” (AGAMBEN, 2015, p. 15). Muitos dos intérpretes religiosos beberam na filosofia aristotélica para falar do momento de criação, ou do momento em que a potência passa ao ato. É o caso de Avicena, por exemplo, que concebe a criação do mundo como “ato da inteligência divina que pensa a si mesma”, de modo que todo ato de criação é um ato de inteligência e vice-versa. Avicena serve-se da imagem da tabuleta de Aristóteles para ilustrar graus de intelecto possíveis. Para ele, há uma *potência material*, que se assemelha à criança que poderá um dia aprender a escrever, mas que ainda não sabe fazê-lo; uma *potência fácil* ou *possível*, que é como aquela da criança que começa a familiarizar-se com a escrita e traça as

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

primeiras letras; e, por fim, uma potência completa ou perfeita, que é a do escriba senhor da arte de escrever no momento em que este não escreve.

Mais adiante, Agamben nos revela que na tradição árabe a criação também é assimilada ao ato de escritura, e o agente que faz o trânsito entre potência e passagem ao ato é representado por um anjo cujo nome é Pena (Qalam). Assinalamos, aqui, o modelo como o filósofo e poeta Ibn-Arabi define em uma só letra a existência de um ser puro – em potência. No seu livro *As iluminações de Meca*, do século XIII, há um capítulo dedicado à ciência das letras, no qual as vogais e as consoantes são tratadas com suas correspondências aos nomes divinos. Ali consta que o processo de conhecimento se dá pela passagem do inexpressível ao exprimível, e o processo de criação, pela passagem da potência ao ato. É muito interessante que a passagem da potência ao ato de criação seja representada graficamente por três letras enlaçadas em um só gesto, que codificam uma única “letra da qual tu és o sentido” (AGAMBEN, 2015, p. 16). Ou seja, temos um símbolo que é gesto do enlace de três letras, que representa essa passagem de maneira absoluta. São três letras que formam apenas uma, apontando a passagem da potência ao ato em um único signo que contém em si toda a significação. “A equiparação entre escritura e processo de criação é, aqui, absoluta. O escriba que não escreve (do qual Bartleby é a última e extrema figura) é a potência perfeita, que apenas um nada separa agora do ato de criação” (AGAMBEN, 2015, p. 18).

Ao lançar mão de algumas perguntas para pensar o problema da potência, Agamben se questiona quem move a mão do escriba para fazê-la passar ao ato de escritura. Nesse sentido, o filósofo busca pensar a dobra entre potência de criação e ato: se toda potência é simultaneamente potência de ser e potência de não ser, a passagem ao ato só pode acontecer transportando no ato a própria potência de não ser. Diz ele:

A aporia é, aqui, que o pensamento não pode nem pensar nada nem pensar alguma coisa, nem ficar em potência nem passar ao ato, nem escrever nem não escrever. E é para fugir a esta aporia que Aristóteles enuncia a sua célebre tese sobre o pensamento que se pensa a si mesmo, que é uma espécie de ponto médio entre pensar nada e pensar algo, entre potência e ato. O pensamento que pensa a si mesmo não pensa um objeto nem pensa nada: pensa uma pura potência (de pensar e de não pensar) [...]. (AGAMBEN, 2015, p. 22)

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

Agamben ainda destaca que as três grandes religiões monoteístas professam a criação do mundo a partir do nada: então Deus criou a terra. Mas o que isso significa? Dizer que Deus criou a partir do nada (*ex nihilo*) coloca em pauta a questão da existência divina: se Deus criou o mundo, quem criou Deus? Giorgio Agamben está interessado em discutir o problema da potência *versus* a criação, e aponta que há nos teólogos uma recusa em reconhecer a matéria anterior à divindade, de modo que o problema da criação divina se torna um problema da existência de uma possibilidade ou de uma potência divina: “Dado que, segundo Aristóteles, cada potência é também potência de não, os teólogos, ainda que afirmando a onipotência divina, eram, ao mesmo tempo, obrigados a negar a Deus qualquer potência de ser e de querer” (AGAMBEN, 2015, p. 25). Isso porque, se reconhecessem em Deus uma potência de ser, teriam em contrapartida que reconhecer a de não ser; do mesmo modo que se Deus quis o bem, também poderia querer o mal. A solução que os teólogos encontraram foi vincular a criação à Sua vontade, não podendo querer ou fazer outra coisa senão aquilo que quis: “a sua vontade, como o seu ser, é, por assim dizer, absolutamente privada de potência” (AGAMBEN, 2015, p. 25). Assim, Agamben afirma:

O ato de criação é a descida de Deus em um abismo que não é outro senão o abismo da sua própria potência e impotência, do seu poder e do seu poder não [...]. Deus, o pensamento e a matéria são uma só coisa e este abismo indiferenciado é o nada de onde o mundo procede e sobre o qual eternamente se apoia. [...]. Apenas no ponto em que conseguimos descer neste Tártaro e fazer a experiência de nossa própria impotência tornamo-nos capazes de criar, tornamo-nos poetas. E o mais difícil, nesta experiência, não são o nada e as suas trevas, [...] o mais difícil é sermos capazes de anular este nada para fazer, do nada, alguma coisa. (AGAMBEN, 2015, p. 26)

Tendo em vista que impotência não é entendida como incapacidade, mas como impossibilidade³ ou capacidade de incapacidade, nessa passagem Agamben aponta para algo fundamental, que dá pistas sobre a transmissão do *saber-fazer-com* o impossível: ele propõe produzir a experiência da própria impossibilidade para, assim, ser capaz de criar, tornar-se poeta. Essa dimensão que se vale da impossibilidade como operação de criação desloca a resposta esperada e aposta no surgimento de outra condição.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

A constelação filosófica que Giorgio Agamben desenha nas primeiras páginas de “Bartleby, ou da contingência” evidencia alguns tópicos. Até aqui, temos: a imagem do escriba; a relação entre potência e ato; a potência de não; e a relação entre potência e criação. Ele introduz essas ideias para dizer que, como o escriba que cessou de escrever, Bartleby é a figura extrema do nada do qual procede toda a criação, ou seja, torna-se potência pura, absoluta. O personagem é a mais implacável reivindicação do nada, a própria tabuleta de escrever; um papel em branco, uma parede lívida e vazia na sua própria brancura. Ao pronunciar “preferiria não”, Bartleby suspende a consequência inevitável, apontando na direção daquilo que nos torna humanos: ao romper com o determinismo da necessariedade, o que se revela são as infinitas possibilidades.

Aristóteles trabalhou com alguns conceitos que podem ajudar a pensar o personagem de Bartleby e o que ele tem a ensinar sobre modos de operar com a transmissão de um *saber-fazer-com* o impossível. O filósofo grego estabeleceu as categorias de “possível”, “impossível”, “contingente” e “necessário” para formular o enlace com a questão da potência e do ato. Em poucas linhas, o possível é entendido como aquilo que pode ser mas não é, e se contrapõe ao impossível; o necessário se opõe ao contingente na medida em que este pode não ser ao mesmo tempo em que é. Giorgio Agamben resgata essas noções para dizer que a tradição ética ocidental com frequência procurou evitar o problema da potência reduzindo-o aos termos de vontade e da necessidade: “não o que você pode, mas o que você quer ou deve é o seu tema dominante” (AGAMBEN, 2015, p. 26). É justamente a essa concepção que o advogado do conto recorre toda vez ao solicitar algo para Bartleby: “mas você não quer?”; “você gostaria de...”; “preferiria não”, responde o escrivão. “I would prefer not to” elimina qualquer traço do verbo querer, é uma renúncia ao condicional, que não afirma nem nega o que quer que seja: é e não é ao mesmo tempo. Uma condição absoluta de pura potência.

O advogado não cessa de lembrar a Bartleby sobre a vontade e a necessidade. E mesmo quando ele procura compreender ao seu modo o escrivão, esquece que “potência não é vontade e impotência não é necessidade” (AGAMBEN, 2015, p. 27). Agamben chama essa noção de *ilusão perpétua da moral*, sustentada na crença de

educação

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

que “a vontade tenha poder sobre a potência, de que a passagem ao ato seja o resultado de uma decisão que põe fim à ambiguidade da potência (que é sempre potência de fazer e de não fazer)” (AGAMBEN, 2015, p. 27). É justo sobre esse ponto que a psicanálise vem incidir: a vontade não tem ingerência sobre a potência; a vontade não comanda o inconsciente. Essa ilusão de controle é a que os teólogos medievais sustentavam: na distinção entre *potentia absoluta* (segundo a qual Deus pode fazer qualquer coisa) e *potentia ordinata* (segundo a qual Deus pode fazer somente aquilo que acorda com a sua vontade), a vontade seria o princípio que consente em ordenar o caos indiferenciado da potência, de modo que, sem essa vontade, não se pode passar ao ato. Assim, Agamben afirma que “Bartleby recoloca em questão precisamente essa supremacia da vontade sobre potência” (AGAMBEN, 2015, p. 28), pois “Não é que ele não *queira* copiar ou não *queira* deixar o escritório – apenas *preferiria não fazê-lo*”. “Preferiria não” é uma fórmula que, “tão meticulosamente repetida, destrói toda possibilidade de construir uma relação entre poder e querer [...]. Ela é a fórmula da potência” (AGAMBEN, 2015, p. 28).

Mas o que essa fórmula anuncia? Para Agamben, a resposta é certa: a fórmula anuncia a experiência de uma possibilidade ou de uma potência. Por estabelecer uma suspenção na linguagem em que *vontade*, *querer* ou *poder* são deixados de lado para abrir um buraco vazio, a frase anunciada por Bartleby supõe um intervalo em que não podemos nem atribuir, nem negar, nem aceitar ou refutar qualquer condição. A experiência que “se mostra no limiar entre ser e não ser, entre sensível e inteligível, entre palavra e coisa, não é o abismo incolor do nada, mas a espiral luminosa do possível” (AGAMBEN, 2015, p. 32). A experiência de Bartleby é a mais extrema em que uma criatura pode se arriscar, pois ele fica entre o ser e o não ser, entre poder e não poder. Um espaço no entre, em que se conserva toda a potência desvinculada da razão. “Ser capaz, numa pura potência, de suportar o ‘não mais’, para além do ser e do nada, permanecer até o fim na impotente possibilidade que excede ambos – esta é a experiência Bartleby” (AGAMBEN, 2015, p. 35). Ao colocar em ato a interrupção da fabulação lógica, *Bartleby destitui o modelo de causalidade já definido, fazendo surgir um espaço indeterminado que pode ser palco para outras formas de existir.*

educação

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

O espaço indeterminado denuncia um movimento entre ser e não ser em que tantos filósofos, poetas e literatos se detiveram. Esse movimento coloca em causa a verdade para além de sua verificabilidade. Ainda em Agamben (2015) a experiência literária problematiza o próprio ser, independente de um verdadeiro ou falso. “Os experimentos da literatura são sem verdade”, pois neles a verdade é que está em jogo, de modo que “aquele que aí se aventura, com efeito, arrisca não tanto a verdade dos próprios enunciados quanto o próprio modo do seu existir” (AGAMBEN, 2015, p. 37). Quando falamos na experiência de Bartleby, referimo-nos a essa espécie de experimento que suspende uma verdade e que não diz respeito ao ser ou não ser em ato, mas antes fala sobre um ser em potência. Por isso, Agamben vai dizer que “Um ser que pode ser e, ao mesmo tempo, não ser, chama-se em filosofia primeira, contingente. O experimento, em que Bartleby se arrisca é um experimento de *contingentia absoluta*” (AGAMBEN, 2015, p. 38). Destacar a modalidade aristotélica da contingência pressupõe uma visão de mundo não binária, que, no limite, revela as singularidades dos sujeitos. Suspender um tempo para que algo não cifrado possa advir é uma condição que interroga a determinação da consequência necessária. É uma condição essencial no exercício de humanização.

Ainda um último ponto instigado pelo texto de Giorgio Agamben: nosso personagem Bartleby, segundo conta o narrador, trabalhava no “Departamento de Cartas Mortas”, antes de chegar ao escritório em Wall Street. É curioso pensar que esse lugar se ocupa justamente daquilo que poderia ser mas não foi; ou daquilo que é (cartas), mas que não chegou a ser (pois as cartas não encontraram seu destino). Citamos Agamben:

Não poderia sugerir de modo mais claro que as cartas jamais entregues são a cifra de eventos alegres que poderiam ter sido, mas não se realizaram. O que se realizou é, ao invés, a possibilidade contrária. A carta [*lettera*], o ato de escritura, assinala, na tabuleta do escriba celeste, a passagem da potência ao ato, o verificar-se de um contingente. Mas, precisamente por isso, toda carta assinala também o não verificar-se de algo, é sempre também, nesse sentido, “carta morta” [*lettera morta*]. É esta a intolerável verdade que Bartleby aprendeu no escritório em Washington, este o significado da fórmula singular: “mensageiros de vida, essas cartas se apressam rumo à morte” [...]. (AGAMBEN, 2015, p. 50)

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

Agamben recolhe a citação da carta aos romanos em que Paulo trata do mandamento que foi enviado para um fim (mandamento que é o da Lei), do qual o cristão foi libertado. Assim, tem-se outra perspectiva na relação entre Bartleby e o advogado, bem como entre Bartleby e a escritura: “Bartleby é um *law-copist*, um escriba no sentido evangélico, e a sua renúncia à cópia é também uma renúncia à Lei, um liberar-se da ‘antiguidade da letra’” (AGAMBEN, 2015, p. 51). Tal como em Deleuze, Bartleby também é entendido, aqui, como um novo Messias, porém, para Agamben, ele não vem para redimir o que aconteceu, como Jesus, mas para salvar o que ainda não foi. Bartleby é um escriba que interrompe a escrita e suspende um tempo. Ele é a potência absoluta que contém em si toda possibilidade e impossibilidade. É na medida em que Bartleby pode, ao mesmo tempo que não, que ele faz valer a força da contingência.

Considerações finais

A condição humana de fazer-se na linguagem abre a perspectiva de que, pela polissemia que lhe é estrutural, os resultados de um dizer nunca possam ser antecipados por aquele que toma a palavra – sempre restará a possibilidade de que outra coisa esteja sendo dita ou de que outra coisa esteja sendo significada por aquele que ouve. Ao se desdobrar nesse campo, os fazeres da psicanálise, da educação e da política carregam consigo a impossibilidade de controlar, a partir do agenciamento de determinados meios, a certeza de alcançar determinados fins. É no terreno da indeterminação que caminhamos quando nos imbuímos da tarefa de educar. Terreno em que o erro, o fracasso, o tropeço, guarda sempre o germe de um porvir inédito. É por isso que essa indeterminação, ao contrário de ser o veneno de nosso ato, é a alegria da possibilidade de criação que desdobramos em nossas práxis educativas. É no sentido da potência inscrita em cada dito – potência *ao mesmo tempo* de ser e de não-ser; potência de produzir sempre o que não estava de acordo com sua vontade inicial – que a retomada de Agamben da obra de Melville pode servir de inspiração ao campo da educação.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

Ao propor Bartleby como paradigma da destituição do necessário, Agamben localiza no centro da experiência humana o contingente prenhe de possibilidades de agenciar novas formas de existir. Sua proposta é absolutamente consonante à de Freud, quando este inscreve a educação como uma das profissões impossíveis, profissão que estabelecerá em seu centro um raciocínio que deve levar em conta a condição única do homem – a condição que o diferencia do animal: a de interromper a cadeia da ação necessária, do agir instintivo, por meio da decisão de não agir. Essa condição, a de uma abertura a um ato que pode ou não ganhar lugar, merece ser cultivada em nosso campo – é ela que fertiliza toda criação –, e não substituída por esforços de codificar logicamente a ação (ou o aprender) como o que deveria responder à necessariedade lógica. Em vez de esforçar-se por eliminar o impossível (o que seria, por si só, uma ilusão), trata-se de construir formas de saber-fazer-com o impossível, com a decorrente necessidade de recolher os efeitos que esse saber-fazer-com gerar, responsabilizando-se pelas consequências que, sem controlar, produzimos. Eis toda a pertinência de uma reflexão ética quando o tema é educação.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Bartleby, ou da contingência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- ARISTÓTELES. **Organon**. Tradução, prefácio e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.
- BABO, Maria Augusta. A lógica da in-diferença: Bartleby/Bernardo Soares. In BABO, Maria Augusta. (Org.). *I Would Prefer Not To. Em torno de Bartleby*. Córdova: UnYLeYa, 2013. n. p.
- DELEUZE, Gilles. Bartleby, ou a fórmula. In DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 80-103.
- FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 231-275.
- FREUD, Sigmund. Prólogo a *Juventude abandonada* de August Aichhorn. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. 16. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 347-350.

educação

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644430745>

LACAN, Jacques. **O seminário**: livro 23, O sinthoma (1975-1976). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MARCOS, Maria Lúcia. O valor da interrupção. In MARCOS, Maria Lúcia. (Org.). **I would prefer not to**. Em torno de Bartleby. Córdova: UnYLeYa, 2013. Não paginado.

MELVILLE, Herman. Bartleby, o escrevente: uma história de Wall Street. In: AGAMBEN, Giorgio. **Bartleby, ou da contingencia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 57-105.

VOLTOLINI, Rinaldo. **Educação e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

Correspondência

Janniny Gautério Kierniew — Universidade Federal do Rio Grande do Sul — Av. Paulo Gama, 110, Bairro Farroupilha, CEP 90040-060, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)

Notas

¹ Nesta seção respeitaremos o uso do termo “ato” na retomada que Agamben faz de Aristóteles, mantendo-nos próximas ao texto do filósofo italiano. Indicamos essa preciso já que, no pensamento lacaniano, “passagem ao ato” responde a uma outra série de sentidos – não é destes de que se trata aqui.

² Agamben usa a palavra “impotência”, porém ela não é aludida no sentido da insuficiência, e sim como impossibilidade, ou ainda, capacidade de incapacidade. Escolhemos manter aqui a palavra “impotência”, guardado o risco de seu mal-entendido, para nos mantermos próximas às palavras de Agamben.

³ Quando Agamben retoma a questão da potência/ato, ele salienta que, já em Aristóteles, há um paradoxo: na passagem da potência ao ato, a potência quase é suprimida. Ao articular o termo, potência é lida, então, como possibilidade (portanto, impotência, como impossibilidade). Para aproximá-lo de nossos termos, estamos diante da linha de tensão armada pelos termos potência/impossível.